

POLÍTICA

PEDAÇOS DE CONSTITUINTE

Os membros da Comissão de Sistematização reclamam: há muitos grupos de parlamentares — pequenas constituintes — reunindo-se fora do Congresso.

Com um certo atraso, os membros da Comissão de Sistematização reclamaram ontem de uma situação que já dura cerca de um mês: atuando como verdadeiros mini-constituintes, grupos de parlamentares reúnem-se fora do Congresso, resultando no esvaziamento do plenário da Comissão. Nem o relator Bernardo Cabral escapou, e sua ausência das reuniões da Sistematização também foi contestada. Enquanto isso, Cabral (que elaborou seu primeiro substitutivo no prédio do Banco do Brasil) e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniam-se com os grupos suprapartidários liderados pelo senador José Richa e pelo deputado Euclides Scalco, no Instituto Israel Pinheiro, a quilômetros de distância do Congresso.

Acusando a existência de duas comissões de sistematização, o líder do governo Carlos Sant'Anna, disse que Cabral fica entregue a "conciliábulo", enquanto a Comissão propriamente dita é dominada por "tertúlias" inúteis. Atuando como "bombeiro", o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, explicou que Cabral não pode estar simultaneamente no plenário da Comissão e em outros locais, em reuniões com o mesmo objetivo.

Arinos observou também que não existe nenhum dispositivo que obrigue o relator a estar presente em todas as reuniões da Comissão de Sistematização, principalmente quando não há consenso sobre os temas em debate e a radicalização toma conta das

discussões. Mesmo assim os parlamentares aprovaram requerimento determinando a presença de Cabral em todas as reuniões para a defesa das emendas (a primeira delas marcada para hoje à tarde). O líder do PMDB Mário Covas (ausente da sessão de ontem) disse que Cabral tem sido usado como bode expiatório e é sacrificado injustamente.

Ao deixar o Instituto Israel Pinheiro, Cabral explicou que não está fazendo uma Constituinte paralela: "Se me reúno na Câmara, me criticam. Se faço as reuniões no Banco do Brasil, acontece o mesmo. Estou me reunindo aqui para poder trabalhar mais tranquilamente. Os constituintes e os jornalistas podem ter acesso ao Instituto e quem quiser pode vir defender suas emendas", desabafou Cabral, apoiado por Ulysses Guimarães.

Na verdade, os parlamentares verificaram que está criado um supergrupo, com poder de fato: o grupo dos "32", de Richa, e o de consenso, de Scalco (que conseguiram embutir a maioria de seu trabalho no substitutivo de Cabral), conta agora com Ulysses e Cabral.

Sistema de governo

O relator Bernardo Cabral explicou ontem que, quando não houver consenso, ele manterá o texto do seu primeiro substitutivo. E isso vale para o sistema de governo parlamentarista e o papel das Forças Armadas, contestado pelos ministros militares. Segundo Cabral, só serão aceitas emendas

subscritas por um mínimo de 47 dos 93 integrantes da Sistematização.

Quanto ao sistema de governo, o senador Afonso Arinos admitiu a possibilidade de alterar seu projeto de parlamentarismo constante do substitutivo. Arinos não quis detalhar que pontos poderiam ser mudados. Já o líder Mário Covas — apesar de admitir que algumas convicções "não muito fortes" possam ser abaladas pelas pressões do governo — acredita que o parlamentarismo será vitorioso.

Para o líder Carlos Sant'Anna, já passou a fase dos entendimentos em torno de uma fórmula mista presidencialismo/parlamentarismo. Agora, a seu ver, só resta ao governo mobilizar-se em torno de emenda Teodoro Mendes, que mantém o presidencialismo com um Congresso forte. Há ainda o risco de os parlamentaristas serem atropelados com a emenda dos deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que prevê mandato de seis anos para Sarney e um parlamentarismo gradual.

E o deputado Ulysses Guimarães negou que tenha qualquer encontro marcado com Sarney para discutir as questões polêmicas. Mas admitiu que deverá ir ao Palácio do Planalto depois de obter dados sobre a tendência dos constituintes "bancada por bancada" sobre o sistema de governo. Ele informou que os temas polêmicos serão discutidos apenas na fase final "para não atrapalhar a elaboração da parte consensual da Constituição".

DESTAQUE
POLÍTICO

"Nós estamos às vésperas de um entendimento de um entendimento mas essas vésperas se sucedem..."
Senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização de Constituinte.

ÍNDIOS

Denúncia: o Cimi, contra a Calha Norte.

A denúncia é do ministro Paulo Brossard, da Justiça: o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — pretendeu embargar a decisão do governo de levar adiante o projeto "Calha norte". É uma coisa simplesmente intolerável", protestou ontem o ministro, alegando que a entidade apresentou "argumentos fúteis" para que o projeto não fosse efetivado. "O Cimi é uma entidade que pretende contestar não somente a autoridade, mas o domínio e a soberania do governo em relação ao território brasileiro", emendou Brossard.

A emenda popular apresentada pela entidade à apreciação da Constituinte "já morreu", na opinião do ministro, que voltou a classificar como "inadmissível" a emenda que transforma o Brasil em república "plurinacional", através da qual se perderia a soberania sobre as terras onde vivem os índios. "O Cimi pretendia impedir o governo de continuar zelando pela integridade de seu território", constatou Brossard. "Se o Brasil fosse transformado em uma pluralidade de nações, isso seria muito mais razoável se fosse tomado em relação aos imigrantes. Afinal, só em São Paulo, existem mais italianos que todos os índios do País, que não chegam a dois centésimos da população brasileira."

O senador Ronan Tito, relator da CPI que investiga a tese da soberania restrita na Amazônia em nome da preservação de terras indígenas, admitiu ontem que, por entendimento entre as partes, o senador Olavo Pires (PMDB-RO) substituiu Teotônio Vilela (PMDB-AL). Pires, que já havia manifestado apoio às denúncias contra as pretensões do Cimi, desde o primeiro momento pretendeu ser incluído na CPI, alegando que a região amazônica não poderia ficar excluída das investigações sobre os fatos que ali se passam.

O depoimento do diretor responsável de O Estado, jornalista Júlio de Mesquita Neto, previsto para amanhã, ficou transferido para a próxima terça-feira, 15 de setembro.